

Congresso enfrenta o governo: limite de saque volta à discussão.

JORNAL DA TARDE

15 MAI 1990

Na briga com o Congresso para impedir a apresentação de emendas à Medida Provisória 184, o governo sofreu ontem uma derrota. No último dia de prazo para registro de emendas, a comissão mista que estuda o assunto somou 76 — mais da metade propondo exatamente aquilo que o Planalto pretendia evitar: aumento de Cr\$ 50 mil para Cr\$ 300 mil do limite de saques de aplicações bloqueadas. Não adiantou a exposição de motivos do ministro Bernardo Cabral, da Justiça, que recomendava um avaliação em termos “meramente jurídico-formais”. Cabral argumentou que a MP 184, editada para modificar a Lei 8.024 (confisco dos ativos financeiros), convalidava atos praticados com base nas MPs 172 e 174, que perderam a validade. “Não é papel do governo dizer como o Congresso deve agir”, atacou o relator da 184, Marcelo Cordeiro (PMDB-BA). “É evidente que nem vou tomar conhecimento da vontade do governo.”

Entre as alterações propostas através de emendas à 184, há a de Euclides Scalco, líder do PSDB, que reduz de 1º de setembro de 1991 para 1º de janeiro de 1991 o prazo para o governo iniciar a devolução do dinheiro dos investidores retido no Banco Central. A MP 184 tem prazo até 5 de junho para ser votada. Até lá, o Congresso deverá apreciar apenas a MP 183, que congela as mensalidades escolares, cujo prazo termina nesta sexta-feira. Entre as 30 emendas apresentadas, contudo, pelo

menos 20 autorizam as escolas a repassar às mensalidades eventuais aumentos salariais concedidos a funcionários e professores — o que é proibido pela medida do governo.

Para esta semana, a pauta de votações na Câmara deve ser decidida amanhã, durante uma reunião de lideranças. Conforme um acordo preliminar, contudo, é possível que seja apreciado o projeto do deputado Gastone Righi (PTB-SP), que prevê crime de usura para quem cobrar juros acima de 12% ao ano. O projeto, apresentado em 1983, já estava em discussão no plenário quando foi suspenso por duas sessões. O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) está disposto a apresentar relatório favorável na sessão de hoje. Ainda hoje, a Câmara espera o ministro da Infra-estrutura, Ozires Silva, para explicar a razão do não cumprimento do dispositivo que prevê a readmissão de funcionários públicos demitidos por motivos políticos.

Quanto ao projeto de Nelson Jobim (PMDB-RS), que restringe a edição de medidas provisórias e que espera a vez na pauta de votações, o líder do governo, Renan Calheiros, pretende arguir sua inconstitucionalidade, com base no argumento de que isso “engessa” o presidente da República e “limita suas prerrogativas constitucionais”. “Qualquer iniciativa limitando MPs terá que ser feita através de emenda constitucional”, sentencia Calheiros.

15 MAI 1990